



As Invasões Francesas e a Organização da Resistência Portuguesa

Manuel Freire Themudo Barata*

“Os portugueses só acreditam em si mesmos e realizam coisas grandes nos tempos de crise”, destaca o autor, que se propõe a “analisar acontecimentos conhecidos, à luz do que hoje se sabe sobre a guerra (tratada no artigo) e a sua história”.

Há anos, participei de um colóquio realizado no Vimeiro evocativo da batalha que ali tivera lugar em 1808.

A sala era muito ampla e apresentava-se cheia. Para além desse fato, revelador de evidente interesse, logo me surpreendeu também a atenção com que a assistência acompanhou as exposições iniciais. Sentia-se que a matéria lhes era familiar e a seguiam com curiosidade, mas como quem espera, com alguma impaciência, o esclarecer de dúvidas ou o abordar de aspectos mais obscuros. Por fim, ao estabelecer-se um aberto e curioso diálogo, que durou horas, tive a explicação de tudo isso — e a minha admiração cresceu.

É que, entre as numerosas perguntas formuladas, ressaltava quase sempre o desejo de que ficasse bem esclarecido qual fora o comportamento tanto das tropas como das populações portuguesas — com ênfase nestas últimas. E ao apresentarem as questões, vinha invariavelmente a dúvida sobre a valia, o empenhamento, a coragem e o vigor do espírito patriótico não só do exército como, sobretudo, desses seus antepassados.

Para mim, aquele colóquio foi a prova real de um estado de espírito comum aos portugueses. Não ignorava o fato. Sabia bem — e já até o afirmara em público — que os portugueses só acreditam em si e realizam coisas grandes nos tempos de crise. Fora deles, um atávico complexo de mediocridade e pequenez nos domina e passamos, então, a descrever do que somos e de tudo quanto

* General Presidente da Comissão Portuguesa de História Militar.

fazemos. Todavia, a rude franqueza com que o assunto ali foi posto determinou-me a refletir, tão breve quanto possível, procurando outras causas para uma visão assim tão negra — e, segundo pensava, injusta — acerca do que foi e do que valeu a nossa resistência durante as Invasões Francesas.

Proponho-me, apenas — e muito simplesmente — analisar acontecimentos já conhecidos de todos, à luz do que hoje se sabe sobre a guerra e a sua história. Em concreto, quero referir-me às profundas inovações que lhe introduziu o gênio de Napoleão e ao complexo edifício doutrinário e técnico erguido em nossos dias para trazer a guerra aos mais baixos patamares do emprego da força militar, num esforço que tem muito de paralelo com o sucedido na matemática, após Leibnitz lhe ter aberto as portas do cálculo diferencial.

No meu entender, este enquadramento possibilita hoje apreciar, com maior verdade e justiça, o papel dos portugueses no sucesso dos aliados contra o Invencível Corso.

...

De há muito, a leitura atenta de alguns dos textos mais vulgares de conceituados historiadores portugueses, que se debruçaram sobre a época em causa, me deixava um tanto perplexo. Penso que, sem exceção, todos referem mortes sem conta, abandono de terras e destruição de haveres, o sanguinário rastro do sinistro Loison e o pulular de revoltas dispersas por todo o território. Quase todos falam do exército que, inicialmente, não tínhamos — e daí se segue, como corolário, o insignificante peso da nossa presença militar durante todo o período das Invasões. Com frequência, eram abertas e severamente

criticadas a apatia e conivência, até das populações e a incapacidade, a falta de firmeza e o temor dos chefes militares.

Oliveira Martins — e escolho-o, apenas, por o seu trecho ser muito curto — é certo que inicia o seu vibrante relato dizendo que a situação “forçou o monarca a fugir demitindo-se, e a nação a protestar insurreccionando-se”. Atitude que parece fugaz, pois, ao descrever a entrada de Junot, todos estavam já conformados: “Tudo se curvava”, escreve ele, “a começar pela Regência”. E, como que confirmando esta idéia de passividade, lembra que o levantamento nacional de 11 de junho só se verificou quando “a reação contra os franceses lavrava para além da raia”. A Inglaterra estava atenta, lá no seu posto das Berlengas. Desembarca e passamos a seu instrumento, já que (e volto a citar), “ela nos arrebatara das mãos do francês” — conclusão contra a qual se insurge, mas que parece, implicitamente, por ele aceite.

Passando agora a um militar ilustre e professor que deixou rastro no ensino da História Militar na velha Escola do Exército, recordarei alguns dos seus comentários sobre o que se passou no período imediatamente a seguir. Barros Rodrigues — essa brilhante figura de mestre e de infatigável estudioso — descreve com pormenor todas as medidas tomadas após o termo da 1ª Invasão, mas termina-as com este comentário de enorme amargura:

“Apesar, porém, de todas estas medidas, apesar do receio duma nova invasão, o país dava provas dum patriotismo muito tíbio, importando-se pouco a massa do povo com o dono que o quisesse conduzir.”

Ao relatar a Invasão comandada por Soult, exalta a defesa da Ponte de Amarante e reconhece-a como “um feito memorável nos

anais da nossa história militar". Isso não o impede, porém, de, no fecho deste parágrafo, deixar uma crítica grave às tropas de Silveira "por terem debandado em diversas direções", embora credite, em seu favor, estarem já, poucos dias depois, a guarnecer diversas passagens do Rio Douro. Sobre este mesmo fato, Pinheiro Chagas vai mais longe e afirma, perentório, que se "espalhou um terror pânico, e os soldados debandaram".

Aliás, como se sabe, o primeiro a formular esta censura foi o próprio Beresford. Fê-lo em termos ásperos e por escrito, pedindo ao General Silveira explicações pela manifesta indisciplina com que se efetuou a retirada das suas tropas. Reprimenda que ficou a ecoar por uns tempos — e foi, naturalmente, acolhida por quantos não podiam duvidar do saber e competência profissionais do comandante inglês. Reprimenda, porém, que neste último quartel do século XX, nos confunde, quando a associamos àqueles catorze dias de luta heróica junto da velha ponte!

Com energia, lhe respondeu de imediato o valente chefe português, não aceitando o reparo. Lembrava a Beresford o que desse feito diziam os seus adversários. Na ocasião, tal testemunho lhe bastava: além de insuspeito, era claro. Mas, ousando desafiar o tempo acrescentava, ainda, estar seguro de que "a defesa que ali houve" e a "total ruína" em que ficou a "desgraçada Amarante" seriam um eterno padrão do valor dos portugueses.

Ambos, a seu modo, tinham razão, mas razões inconciliáveis, pois sem disso terem, por certo, perfeita consciência, falavam duas linguagens diferentes: duas formas de fazer guerra ali se confrontavam. E o futuro estava com Silveira e com o que na altura foi, talvez,

instinto de sobrevivência, improvisação e capacidade imaginativa — três características ancestrais do povo português e que comandam toda a sua história.

...

Tentarei, muito brevemente, projetar sobre estes dois exemplos o que hoje se sabe acerca da doutrina e técnica militares.

Começo com palavras do próprio Napoleão. Procurando resumir os imutáveis princípios da guerra — e, de algum modo, a nova roupagem que lhes deu, tendo em conta as realidades do seu tempo — escreveu, ele mesmo, de Santa Helena, "Os princípios de César foram os mesmos que os de Alexandre e de Aníbal: manter as suas forças reunidas, não ser vulnerável em nenhum ponto, transportar-se com rapidez para os pontos importantes, ter em atenção os valores morais, a reputação das suas armas, o temor que elas inspiram, e também os aspectos políticos para manter na fidelidade os aliados e na obediência os povos conquistados."

Transpondo estes princípios estratégicos — por essência, abstratos — para o campo mais concreto da tática, dirá Beaufre, que "a técnica das operações napoleônicas é essencialmente cinemática e logística".

A velocidade, se estava "nos pés dos seus soldados", numa frase que se atribui a esse chefe militar de eleição, implicava itinerários fáceis e abertos. Só assim era possível a concentração oportuna dos volumosos efetivos divisionários que se deslocavam independentemente. Velocidade que, na altura, surpreendeu todos e assegurou êxitos espetaculares à França. Mas que criou um novo e difícil problema logístico, que o Imperador resumiu, mais tarde, nestes termos

bem simples: “Há cinco coisas que é preciso nunca separar do soldado: a sua espingarda, os seus cartuchos, o seu saco, os seus víveres ao menos para quatro dias, e a sua ferramenta de sapador. Que se reduza o seu saco ao menor volume possível; que não tenha senão uma camisa, um par de botas, um colarinho, um lenço e um fuzil, está bem; mas que isso esteja sempre com ele; porque se se separa dessas coisas uma vez, não mais tornará a tê-las.” A continuidade do reabastecimento surge aqui com toda a força do seu peso na conduta das operações.

Este esquisso grosseiro da manobra napoleônica, permite-nos afirmar, sem receio, que o corte, durante duas semanas, do principal itinerário de reabastecimento das tropas de Soult foi fator que pesou decisivamente no fracasso de mais uma tentativa para ocupar Portugal. Todo o seu esforço, a partir de então, foi reabri-lo. E só se manteve mais uns dias, por pensar que Loison estava senhor daquela linha para ligação aos exércitos da Corunha.

Isso preocupava-o mais do que a aproximação, ao Sul, do Exército anglo-luso. Sobre este tinha tão pouca informação que foi surpreendido, ao saber que atravessara o Douro — o que o obrigou a deixar a meio o seu almoço, abandonando à pressa o Porto, numa retirada difícil por, afinal, não dispor dos itinerários que julgava abertos. Retirada célebre e que honra, pela sua determinação e perícia, o grande marechal e já também Duque da Dalmácia.

Surgida ainda quando se encontrava na fase de arranque a reorganização do Exército, intencionalmente esfacelado por Junot, quem negará que a defesa da Ponte de Amarante foi uma importantíssima contribuição militar

portuguesa, em termos convencionais, para o insucesso da 2ª Invasão Francesa?

Deixando o muito que se fez, posteriormente, de Almeida às Linhas de Torres Vedras e tendo como ponto alto o Buçaco e, depois, na perseguição a Massena — ao todo, desde 1808, 125 combates e 25 batalhas — uma referência ainda ao que fizemos, como atuação clássica, para possibilitar o desembarque de Wellesley e a sua vitória no Vimeiro.

Criadas as condições para tal, dá-se, em 6 de junho de 1808, o pronunciamento da guarnição do Castelo de S. João da Foz do Douro. Doze dias após, um levantamento popular muito extenso corporiza-se na Junta Provisional do Supremo Governo e em Juntas de Governo que se formam em várias localidades — nomeadamente, Bragança, Coimbra, Faro, Campo Maior e Extremoz. Todos unem os seus esforços para obter fundos e levantar um exército nacional, ao qual caberia, antes de mais, o enquadramento, instrução e apoio à mobilização de todos os homens válidos, dos 15 aos 60 anos, numa tríplice estrutura de exército regular, milícias e, mais tarde, companhias de ordenanças.

É assim que surge, em Coimbra, Bernardim Freire de Andrade, então comandante-em-chefe das tropas portuguesas. Só nesta cidade, consegue alistar 7.618 praças e um batalhão acadêmico, formado por 698 estudantes universitários — que, um ano depois, por carta régia de 2 de janeiro de 1809, virá a ser comandado pelo próprio vice-reitor.

Sem demora, partem para a Figueira da Foz os estudantes. E, a 23 de julho, aprisionam a pequena guarnição francesa — o que permite, no dia seguinte, o desembarque de 100 militares da Esquadra que pairava ao largo, aguardando condições mínimas para

uma operação sempre tão delicada. Foram precisos quatro dias, de lentos e difíceis transbordos, para o contingente britânico pisar terra — manobra que mais se complicou naquele mar agitadoíssimo e de ondas alterosas.

Como era natural, o exército de Wellington contava com pouca cavalaria. Possuía só 1 esquadrão contra os 5 que Junot podia reunir. E um terço é a proporção clássica mínima para um defensor sustentar o ataque do adversário. Ao encontrarem-se, em Leiria, a 12 de agosto, embora Bernardim Freire decidisse continuar o seu plano próprio de operações, cedeu 1.400 infantas e 260 cavaleiros — reforço, este, de uma unidade de cavalaria, essencial para conseguir equilíbrio no poder de choque anglo-luso.

Trago estes dois apontamentos apenas para lembrar que merece ser aprofundado o estudo por nós, portugueses, do que foi, sob o aspecto do combate tradicional, a nossa participação militar durante as Invasões Francesas. Penso que, com isso, lucraria a verdade histórica — e fariamos melhor justiça ao mérito dos nossos antepassados.

...

Deixei sem explicação o insólito desfecho do Combate de Amarante, bem como todos os desencontrados comentários dos nossos historiadores acerca do que alguns apelidam de insurreição. Esta, ora lhes parece morta, ora frouxa. Veem-na, quase sempre, como desconexa e mais como um incontido grito de desespero e de revolta impotentes, do que como uma ação concertada, eficaz e de importância decisiva para a derrota dos exércitos napoleônicos. Em suma: como algo

que foi útil para esse desfecho — mas sempre ator, secundário em tal drama.

Neste âmbito, impõe, penso eu, uma análise bem mais extensa — e mais inovadora ainda do que a anterior — a realizar por quantos hoje se dedicam ao estudo daquele período, sob o ponto de vista histórico-militar.

É muito pouco o que está feito. Primeiro, porque poucos historiadores, ao longo deste século e meio, se têm dedicado ao assunto. E depois, porque só muito recentemente entre nós — e, atrevo-me a dizê-lo, em todo o mundo — se escarpelizaram, nos seus mais ínfimos pormenores, a doutrina e a técnica do que, simplificando, designarei por guerra subversiva. E esta nova lupa, este novo acervo coerente e organizado de conhecimentos possibilita hoje aos investigadores contemporâneos uma compreensão do fenómeno difícil, senão mesmo impossível, para os de gerações anteriores.

Nesta área de investigação, a longa experiência que tivemos, durante os treze anos das últimas Campanhas de África, dá-nos, até, uma situação de privilégio.

Também nós, portugueses, em 1961 a conhecíamos de modo superficial. Pouco a pouco, a dura lição da guerra obrigou-nos a ir penetrando nos meandros dessa sutil forma de luta tão velha, é certo, como o mundo, mas que só revestiu um carácter global — e, portanto, teorizado — neste século. A necessidade de resolver os sucessos e diversificados problemas práticos que nos eram postos, levou-nos a aprofundar o seu estudo doutrinário. Isso nos coloca na posição ímpar de possuímos um conjunto de conhecimentos teóricos e práticos que têm um mérito inegável: foram fruto duma longa experiência e passaram já por essa prova sempre essencial.

Embora repetindo o que todos sabem, e apenas como apoio para a reflexão que me propus fazer, recordarei que a luta subversiva se inicia por uma fase clandestina. Visa a estabelecer e ramificar o mais possível a estrutura dos elementos fiéis, criando assim canais que, de imediato, são aproveitados também para a recolha e circulação das necessárias informações.

O passo seguinte é o da agitação. A chefia continua na sombra. Provoca, impulsiona ou aproveita em favor da subversão todas as manifestações de desagrado, num constante desafio à autoridade constituída. Sociologicamente, trata-se de passar do indivíduo ao grupo: do adepto isolado à mancha populacional, em cujo interior a subversão pode agora movimentar-se e crescer, sem peias. Para o efeito, serve tudo o que coloque o Governo perante o conhecido dilema de ou reprimir com violência, gerando mártires, ou de usar de brandura, surgindo, assim, aos olhos do povo como fraco e falho não só de autoridade como de razão.

Criado o *habitat* para a organização e treino de grupos armados e desgastadas a força e a imagem do poder legal, chega, então, o momento para irromper a fase nuclear de todo este processo — a da guerrilha. As ações dos guerrilheiros estão condicionadas a três garantias prévias: informações seguras e pormenorizadas acerca do inimigo; concentração e diluição do grupo, fácil e rápida, no seio da população; e surpresa e segredo absolutos.

Uma vez dispondo de área territorial suficientemente extensa para nela se instalar, surge à luz do dia o novo poder político que, palmo a palmo, conquista ao seu adversário o terreno que ainda não controla bem como as respectivas populações. Nestas duas últimas etapas do processo, o antigo poder

encontra-se já em situação de nítida inferioridade e em luta inglória contra o tempo, que, dia-a-dia, lhe traz novas deserções, maiores dificuldades e crescente desânimo.

...

É bem definido, no caso de que estamos tratando, o começo desta quarta fase. Pode-se, com efeito, fixá-la, com rigor, em 18 de junho de 1808, ao aparecer no Porto a Junta Governativa, que logo levantou o exército nacional regular.

Junot ainda estava em Portugal. Mas, depois, tudo foi muito rápido. Como nos relata o diário do Mosteiro de S. Bento da Saúde de Lisboa, logo a 22, "se revoltarão muitas cidades deste reino contra o Governo Francês —, o exemplo do Porto foi uma farsca que, soprada pelo vento da revolta ..., em bem pouco tempo se restituiu ao antigo Governo Bragança com toda a Província de Traz-os-Montes, Braga e todo o Minho, Guarda, Covilham, Vizeo e toda a Beira Alta declararam com todo o entusiasmo e sem advertir nos formidáveis males a que se arriscavam, serem Portugueses..."

De nada valeu a enfática proclamação aos portugueses do ocupante estrangeiro, datada de 26. Bem procurou nela apresentar-se apenas como Duque de Abrantes e general-em-chefe do Exército de Portugal e envolver a sua solene ameaça de represálias terríveis em promessas de clemência e de grande alívio nas contribuições. O fruto estava tão maduro que, como nota o mesmo frade redator daquele "Dietário", já se tinham levantado "em coisa de 10 dias imediatos, todas as Províncias do Reino, menos a Extremadura e alguns pequenos lugares limítrofes".

Eram inúteis — e contraproducentes até — as expedições punitivas de Loison. Esta Primeira Invasão, tinha os seus dias contados. Apressou-os, sem dúvida, o desembarque inglês efetuado em território já libertado e as batalhas convencionais que se lhe seguiram.

Perante a ameaça de nova incursão, o Conselho de Regência não descarta a defesa. E, a 11 de dezembro de 1808, publica o Decreto que não só organiza a nação para a guerra que se avizinha, como consagra, pela primeira vez num texto oficial, aquela luta de iniciativa popular que se vinha desenvolvendo.

Com efeito, lá se diz que “achando-se infelizmente Portugal ameaçado de sofrer todos estes males, sem que tenham os seus habitantes outro algum meio de evitar os horrores a que se vêem expostos, que não seja o de recorrer às armas... toda a Nação Portuguesa se arme, e pelo modo que a cada um for possível”. Que cada um deite mão do que estiver ao seu alcance, seja uma espingarda ou o simples “pique com ponta de ferro de doze a treze palmos de comprimento”, mas que “todas as cidades, vilas e povoações consideráveis” se fortifiquem e se defendam. E o texto segue, determinando medidas muito objetivas para que se levantem, instruem e organizem as forças do exército regular, nos seus três diferentes escalões.

Foi esta resposta global — inédita na sua componente subversiva — que derrotou os conceitos novos de Napoleão, vitoriosos até aí por toda a Europa. Foi ela que, no terreno, desgastou, dispensou e dizimou o inimigo. Quanto à logística, como notei antes, pelo corte e ameaça contínua aos seus itinerários de reabastecimento. Mas também pelo vazio, de autêntica terra queimada, que provocou nas áreas por onde passavam as forças, não

permitindo que estas — como era essencial para deslocamentos tão profundos — se alimentassem com produtos da região. E, quanto à velocidade, pelos obstáculos, pela ameaça constante e pelos ataques inopinados de toda uma população em pé de guerra.

Foi logo assim, derrotadas “pela fome e pelo cansaço”, que as tropas de Junot entraram em Castelo Branco, naquela tarde de dura invernada de 21 de novembro de 1807. E assim continuou sendo, até, em maio de 1811, o último soldado de Massena abandonar Almeida.

Como ilustração muito breve do clima de verdadeira guerra subversiva que as três sucessivas Invasões enfrentaram, citarei alguns fatos avulsos — penso, porém, que suficientemente demonstrativos do comprometimento em bloco de toda a população portuguesa neste tipo novo de luta e da perfeição com que executaram algumas das suas regras fundamentais. Tenho em mente, agora, o segredo e a negação total de informações ao inimigo e a insegurança constante em que o colocaram.

Já referi à surpresa de Soult ao saber, tardiamente, que Beresford atravessara o Douro. E podia acrescentar que, na grave situação em que estava, sem itinerário livre para a retirada, não encontrou nenhum português que lhe desvendasse o tosco caminho da margem direita do Rio Souza: a informação salvadora obteve-a de um feirante espanhol. Também Junot ignorava o dispositivo anglo-luso no Vimeiro. Culpa sua e erro crasso, sem dúvida, dar batalha sem prévio reconhecimento. Esta falha, porém, não é explicável, apenas, pela natural mas perigosa sobrançaria de quem até aí só conhecera vitórias. A causa maior foi outra: é que, estando bem perto, nem sequer tinha notícia

do importante reforço que Wellesley conseguira, na véspera, ao fazer desembarcar, junto à Lourinhã, mais de 4.000 soldados. Era maior ainda a falta de informação de Massena, quando, em outubro de 1810, se aproximava de Lisboa. A 12 — e faltavam-lhe somente umas magras dezenas de quilómetros, que cuidava seriam de simples passeio — deparou ele, estupefato, com as poderosíssimas Linhas de Torres Vedras. A sua surpresa foi total — o que chega a parecer impossível, dada a extensão da obra e o volume de pessoal a ela afeto. Eram 123 fortes, erguidos durante meses por muitos milhares de braços. A título ilustrativo, notarei que, somente na zona de Alhandra, trabalharam por dia, durante todo o mês de agosto, mais de 2.500 homens.

No que concerne ao estado de espírito de hostilidade aberta, a manifestações de agitação ou atos violentos, bem como à colaboração em ações militares, são tantos desde os primeiros dias que o difícil é seleccionar alguns exemplos.

Mal chegado a Lisboa, apressou-se Junot em fazer içar a bandeira francesa no Castelo de S. Jorge. Encheu-se o Rossio com uma imponente formatura militar — e o povo assistia em grande número. O comandante-chefe de Napoleão fez um brevíssimo discurso que terminava com um “Viva o Imperador Napoleão I”. Destaca, em nota, o *Diário* já citado, que aos “mil vivas que os generais franceses faziam retumbar entre a tropa e o imenso povo, nem uma só pessoa correpondeu”.

Estava-se a 13 de dezembro. Logo nesse dia, e no seguinte, houve tumultos na cidade. Tumultos que um outro relato da época diz não ter sido premeditado, mas que (e passo a citar) “assim mesmo custarão algumas vidas, tanto de soldados franceses mortos pela plebe,

como de pessoas do povo, a que matarão as descargas da tropa”.

Sem demora Loison se distinguiu pela sua sangrenta repressão. Mas também logo sentiu tal insegurança “que era guardado por quatro batalhões e quatro peças de artilharia que bivacavam à sua porta, e não saía senão de carruagem e com forte escolta”. Bastaria o mapa das constantes viagens do célebre Maneta para nos certificarmos de como a subversão lavrava ativa e indomável por todo o território. E, por vezes, constituída por grupos tão fortes e tão aguerridos que o sinistro general francês era forçado a recuar. Lembro, logo em junho de 1808, o não ter podido chegar à Régua, quando de Almeida pretendia alcançar o Porto, e foi forçado a retroceder para Viseu. E mesmo aí, ao saber da revolta de Coimbra, deixou de se sentir seguro — e recolheu-se, de novo, à proteção das sólidas muralhas da Praça Forte donde saíra.

A guerrilha que se instalou por Trás-os-Montes e Beira não mais parou. Antes, assumiu tais proporções que as represálias cresceram. Disto são prova evidente as povoações incendiadas como castigo pela cobertura e apoio dados a essas forças de guerrilha que surgiam e se escondiam com a facilidade, a rapidez e o mistério dum verdadeiro número de prestidigitação. Isto se exasperava os ocupantes, parecia insólito e, naturalmente, reprovável a chefes militares que só conheciam os canones militares clássicos.

Seis meses volvidos, em janeiro de 1809, quase não havia militares ingleses em Portugal: uns tinham regressado e outros haviam-se internado em Espanha.

Então, Soult, com um efetivo de 19.500 homens, tenta noxa invasão, atravessando o

Rio Minho. Bernardim Freire, dispôs, em cordão, na margem o Regimento 21: fraca defesa para tão numerosos atacantes e tão ampla frente. Todos os caçadores da região, porém, vieram reforçá-la, mantendo-se um contínuo alerta. Só esta estreita ligação entre militares e civis e o seu empenhamento conjunto podem explicar o insucesso das duas tentativas frustradas — uma em Seixas e outra em Cerveira — numa fronteira de muitas dezenas de quilômetros, constituída por um curso de água nem muito largo nem difícil de vencer em vários pontos.

Para fecho desta curta série de exemplos, não podia faltar a sua última cena: aquela marcha, dum patético quase irreal, de milhares e milhares de portugueses, Mondego abaixo, sem destino certo. É que ela constitui a apoteose dantesca deste trágico drama em três atos. Ela é o símbolo perfeito do que pode o "desespero defensivo duma nação", na frase feliz de Carlos Selvagem.

A raiva com que aquela gente simples e pacífica — todo um povo, afinal — destruiu as suas casas, queimava os haveres que não podia levar consigo e matava os seus animais de estimação, tudo para que o invasor de nada se pudesse servir, dá-nos a medida exata da coragem, e também da consciência, com que lutaram. O conselho terá partido de Wellington. Mas, se o não cumprissem, quem o viria a saber?

Em conjuntura assim extrema, para nada conta a ameaça de castigo. Cada um só obedece, então, ao imperativo da sua voz interior. Ali, só a ânsia empenhada de salvar um bem maior os podia impelir ao despojamento de tudo o que tinham.

Aquela raiva não era, pois, filha da mágoa pelo que deixaram, mas sim do profundo e coletivo amor dum povo em

marcha a valores comuns e bem mais altos — valores que são a essência da própria pátria. Se se perguntasse a qualquer daqueles homens rudes isso de pátria o que era, talvez nenhum deles soubesse responder. Contudo, era esse indefinível valor que os comandava.

E só esse mesmo sentimento, forte e vivo, pode explicar o afã incrível com que foram erguidas as monumentais Linhas de Torres e o segredo absoluto que todos, sem exceção, guardaram ao construí-las e, depois, ao se abrigarem por detrás delas, num desafio raivoso aos seus perseguidores.

...

A história das civilizações — do homem, afinal — é o produto da sua capacidade, única entre todos os seres, de transformar o mundo. Serve-se, para isso, de duas alavancas poderosíssimas: a ciência e a técnica. Todavia, sempre estas serão meios de ação auxiliares. Com efeito, ninguém duvida que a base, o motor do progresso, são a inteligência e a vontade do homem que as vai criando e desenvolvendo.

Ao analisar, porém, os conflitos armados, esquecemo-nos, por vezes, de que assim é, por idêntica razão. Exprime-o com total clareza, aliás, a mais simples e bem antiga definição da guerra: o confronto de duas vontades. E o seu corolário, de que acabará sempre por vencer a mais forte.

A isto se reduz, em síntese, quanto procurei expressar. Que a base da vitória contra as Invasões Francesas residiu na inquebrantável vontade dos portugueses em se libertarem do jugo estranho. E que, para tal, a sua intuição, em desespero de causa, lhes ditou os meios ao seu alcance para o conseguir. E que, a esta luz, a contribuição inglesa — muito oportuna e utilíssima —

tinha sempre o seu êxito condicionado àquela nossa determinação.

E ao afirmá-lo, nem sequer sou inovador: repito, unicamente, o que logo se disse em pleno Parlamento inglês.

Relembro-o por ser um claro e insuspeito testemunho histórico.

A Convenção de Sintra desagradou a todos. Regressados à Inglaterra, os três mais altos chefes militares responsáveis por esse fecho das hostilidades foram submetidos a julgamento. Só saiu ilibado o futuro vencedor de Waterloo. Corre que Napoleão, também descontente com o comportamento do seu general, terá dito, com alívio, que isso o dispensava de fazer o mesmo a Junot, como pensara.

É neste ambiente que se coloca, em Westminster, o problema do envio de novo

contingente para Portugal. Sai em sua defesa o Marquês de Wellesley, aludindo ao imperativo que era não abandonar "os patrióticos esforços dos portugueses". As palavras, porém, do Primeiro Lord do Tesouro são ainda mais fortes. Além de considerar o nosso território "o melhor ponto" da Península, acrescentou que essa nossa determinação se desenvolvera notavelmente e "dava bem fundadas esperanças de que a boa causa prosperaria sempre, constituindo-se, de fato, a base sobre que havia de assentar a liberdade e independência da Europa".

E porque se a história é passado, é, igualmente, lição para o presente e futuro, concluo, ao jeito do nosso povo, lembrando o seu velho adágio, que cada um em sua casa, se quiser, será sempre rei. □

BIBLIOGRAFIA

BARROS RODRIGUES (Tenente-Coronel), *Lições da 4ª Cadeira da Escola Militar*, volume dedicado à Guerra Peninsular.

BEAUFRE (General), *Introduction à la Strategie*.

SELVAGEM, Carlos, *Portugal Militar*.

COSTA SANTOS (Capitão), *Comemoração da Defesa da Ponte de Amarante no Centenário da Guerra Peninsular (1809-1909)*.

CRISTOVÃO AYRES (de Magalhães Sepulveda), *História Orgânica e Política do Exército Português — Provas — Volume X — Guerra Peninsular*.

Decreto Real de 11 de dezembro de 1808, ao Conselho de Guerra.

FERREIRA MARTINS (General), *História do Exército Português*.

JUNOT, Proclamação aos Portugueses — *Qual é o vosso delírio?* de 26 de junho de 1808.

NAPOLEON, *Vues Politiques*, Americ-Edit, 1939.

OLIVEIRA MARTINS, *História de Portugal*.

PINHEIRO CHAGAS, *História de Portugal*, Volume VIII.